



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

LIANA PAULA MARGARIDA PINTO

**RELATOS DE UMA TRAVESTI/TRANSEXUAL NEGRA NOS CONTEXTOS
EDUCACIONAIS: DO ARMÁRIO ÀS LUTAS PELOS DIREITOS DE TLGBQIA+**

Mariana

2023

LIANA PAULA MARGARIDA PINTO

**RELATOS DE UMA TRAVESTI/TRANSEXUAL NEGRA NOS CONTEXTOS
EDUCACIONAIS: DO ARMÁRIO ÀS LUTAS PELOS DIREITOS DE TLGBQIA+**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão da disciplina, EDU 023, Seminário Supervisionado VII: Conclusão de Curso, do Departamento de Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

Professor: Erisvaldo Pereira dos Santos

Orientação: Prof. Dr. Marco Antônio Torres

Mariana

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P659r Pinto, Liana Paula Margarida.
Relatos de uma travesti/transsexual negra nos contextos educacionais
[manuscrito]: do armário às lutas pelos direitos de TLGBQIA+. / Liana
Paula Margarida Pinto. - 2023.
63 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Torres.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Minorias Sexuais e de Gênero. 2. Travestis. 3. Educação. 4. Pessoas
Cisgênero. 5. Autobiografia. I. Torres, Marco Antônio. II. Universidade
Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.043

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana Matias Felício Soares - SIAPE: 1.648.092



FOLHA DE APROVAÇÃO

Liana Paula Margarida Pinto

Relatos de uma travesti/transsexual negra nos contextos educacionais: do armário às lutas pelos direitos de TLGBQIA+

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga

Aprovada em 01 de junho de 2024

Membros da banca

Dr. Marco Antonio Torres - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Marco Antonio Torres , orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 01/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Torres, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/06/2024, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0726009** e o código CRC **8549F70E**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar as barreiras e conseguir concluir a realização deste sonho tão almejado.

A minha família que amo, aos meus pais e ao meu esposo, que sempre me incentivaram, até mesmo nos momentos difíceis e estiveram comigo durante todo esse percurso.

Ao meu orientador pelos aprendizados e a bela amizade que consolidamos, a Universidade Federal de Ouro Preto pelas oportunidades, aos professores pelos ensinamentos que permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso, e aos meus amigos.

RESUMO

O objetivo geral da presente pesquisa é investigar e analisar como as lutas pelos direitos de TLGBQIA+ nos contextos educacionais produzem efeitos nos locais de existência destes sujeitos. Para nossas análises, partimos de relatos autobiográficos de um caderno de memórias da autora, que se autoidentifica como uma travesti/transsexual negra. Nesses relatos, analisamos como a saída do armário esteve e continua relacionada às lutas pelos direitos de TLGBQIA+ na sociedade em geral, e de modo específico, na vida escolar. O trabalho parte do pressuposto de que tais lutas são de grande importância para que TLGBQIA+ possam assumir e tenham reconhecidos publicamente suas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, algo que podemos considerar evidente. Porém, o que não é tão evidente é o modo como isto se dá na vida de cada pessoa, principalmente como isto ocorre no cotidiano da escola, da família e de outros contextos educacionais de nossa sociedade. A abordagem metodológica parte de um levantamento bibliográfico sobre ações políticas de grupos de familiares de TLGBQIA+, especificamente com as questões envolvendo travestis e transexuais, arqueando com o caderno de memórias que foi utilizado como fonte dos relatos autobiográficos. Considerando a fonte desses relatos, dialogamos com as noções de cisheteronormatividade e transfobia, para destacar a questão de travestis e transexuais no contexto educacional e social. A presente pesquisa se constitui como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade de monografia, bem como a celebração da conquista do diploma em Pedagogia por uma travesti/transsexual negra. O projeto foi elaborado no segundo semestre de 2022 e desenvolvido no primeiro semestre de 2023. O presente estudo faz parte de um projeto mais amplo denominado Gênero e Sexualidades em contextos educacionais, tendo como pesquisador responsável o Prof. Dr. Marco Antônio Torres, vinculado ao grupo de pesquisa Caleidoscópio da UFOP, e teve aprovação do Comitê de Ética da UFOP sob o registro CAAE nº 55477621.70000.5150.

Palavras-chave: cisheteronormatividade; direitos LGBTQIA+; educação; travesti/transsexual; autobiografia.

ABSTRACT

The general objective of this research is to investigate and analyze how the fights for the rights of TLGBQIA+ in educational contexts, produce effects in the places where these subjects live. For our analyses, we started with autobiographical reports from a notebook of the author's memoirs, who identifies herself as a black transvestite/transsexual. In these reports, we analyze how coming out of the closet was and continues to be related to struggles for the rights of TLGBQIA+ in society in general, and specifically in school life. The work is based on the assumption that such struggles are of great importance so that TLGBQIA+ can assume and have publicly recognized their sexual orientation, gender identities and expressions, something that we can consider evident. However, what is not so evident is the way this happens in each person's life, especially how this occurs in the daily life of the school, family and other educational contexts of our society. The methodological approach starts from a bibliographic survey on political actions of TLGBQIA+ family groups, specifically with issues involving transvestites and transsexuals, arching with the notebook of memories that was used as a source of autobiographical reports. Considering the source of these reports, we dialogue with the notions of cisheteronormativity and transphobia, to highlight the issue of transvestites and transsexuals in the educational and social context. The present research is constituted as a course completion work (TCC), in the form of a monograph, as well as the celebration of the achievement of the diploma in Pedagogy by a black transvestite/transsexual. The project was designed in the second half of 2022 and developed in the first half of 2023. This project is part of a broader project called Gender and Sexualities in educational contexts, with Prof. Dr. Marco Antônio Torres, linked to the research group Kaleidoscope of UFOP, and was approved by the Ethics Committee of UFOP under registration CAAE nº 55477621.70000.5150.

Keywords: cisheteronormativity; LGBTQIA+ rights; education; transvestite/transsexual; autobiography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Início da transição	20
Figura 2 - Transição	22
Figura 3 - Mudança de nome na Certidão de Nascimento	23
Figura 4 - Meus pais/tios e o amor familiar.....	24
Figura 5 - Início da graduação em Música (Morro do Cruzeiro, OP/Demus).....	34
Figura 6 - Recital de Música.....	38
Figura 7 - Palestra Preconceito de Marca LGBTI+	40
Figura 8 - Liana Paula	41
Figura 9 - Introdução Documentário Trajetórias	45
Figura 10 - Minha participação na abertura do documentário	46
Figura 11 - Gravação do documentário	46
Figura 12 - Fala de abertura: Semana da Diversidade - Liana.....	48
Figura 13 - Debutante: Baile Formatura	50
Figura 14 - Colação de Grau Cerimônia.....	52
Figura 15 - Colação de Grau	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O LUGAR SOCIAL DE UMA TRAVESTI/TRANSEXUAL NEGRA: DO ARMÁRIO A EXPERIÊNCIA FAMILIAR	14
3 ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS EM AMADURECIMENTO: ENFRENTANDO A CISHETERONORMATIVIDADE	28
3.1 Organização da 1º Semana da Diversidade: “Respeito aos modos de ser”	42
3.2 Momento de celebração: perante as lutas e dores, o amadurecimento na significativa colação de grau	49
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, intitulado como Relatos de uma travesti/transsexual negra nos contextos educacionais: do armário às lutas pelos direitos de TLGBQIA+, se dedicou a investigar as relações entre Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e outras (doravante TLGBQIA+), bem como os contextos educacionais, principalmente analisando a importância do reconhecimento das lutas pelo reconhecimento de direitos. O trabalho parte do pressuposto de que tais lutas são de grande importância para que os sujeitos possam assumir publicamente suas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, algo que podemos considerar evidente. Porém, o que não é tão evidente é o modo como isto se dá na vida de cada pessoa, como isto ocorre no cotidiano da escola, da família e de outros contextos educacionais de nossa sociedade.

A presente pesquisa se constitui como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade de monografia. O projeto foi elaborado no segundo semestre de 2022 e desenvolvido no primeiro semestre de 2023. Além disso, este estudo faz parte de um projeto mais amplo, denominado *Gênero e Sexualidades em contextos educacionais*, tendo como pesquisador responsável o Prof. Dr. Marco Antônio Torres, vinculado ao grupo de pesquisa Caleidoscópio da UFOP, e teve aprovação do Comitê de Ética da UFOP sob o registro CAAE nº 55477621.70000.5150. Inicialmente, a presente monografia propôs um trabalho mais extenso, incluiria entrevistas coletivas e individuais com um grupo ativista da cidade de Mariana. Porém, ao longo da pesquisa, considerando a riqueza e os detalhes de meus relatos autobiográficos, que, a princípio, eram apenas uma das fontes da pesquisa, fui alertada pelo orientador a focar apenas nesta fonte e suprimir as demais. Também foi considerado o tempo curto para o final do semestre, portanto, eu e meu orientador decidimos que o foco seria apenas em uma das fontes, isto é, os relatos autobiográficos que eu, autora da pesquisa, tenho elaborado em um caderno de memórias que iniciei durante a presente pesquisa. Assim, o objetivo geral foi compreender como as lutas pelos direitos TLGBQIA+ nos contextos educacionais produzem efeitos nos locais de existência destes sujeitos. Como objetivos específicos foram elaborados os seguintes: a) a realização de um levantamento bibliográfico sobre pesquisas e ações políticas de grupos de familiares de TLGBQIA+, especificamente com as questões

envolvendo travestis e transexuais; b) a produção de um caderno de memórias que foi utilizado como fonte de minha autobiografia; c) o aprofundamento da noção de cisheteronormatividade e transfobia, para destacar a questão de travestis e transexuais no contexto educacional e social.

Neste contexto, quero destacar o uso da sigla como escolhi escrever. Desde o final do século XX, a sigla que identifica nossa população tem variado na forma e disposição das identidades e não identidades. Considerando que o presente trabalho é proposto por uma travesti negra, desloquei a letra “T” para o início da sigla, por um teor político e por ser a minha autobiografia, a base para a construção de análises desta pesquisa. Neste sentido, considero pensar nas práticas recorrentes na sociedade, como as discriminações e preconceitos sobre a dinâmica relacional das identidades e não identidades que atingem a população TLGBQIA+. Práticas estas disseminadas historicamente de diferentes modos.

Desde o século XVII, temos formas de conhecimento que contribuíram para a criação do que atualmente denominamos como modelo cisheteronormativo (Torres; Saraiva; Gonzaga, 2020). Essas lógicas são guiadas por crenças perpetuadas como verdadeiras ao longo da história do Ocidente Cristão. Tais práticas de discriminação e preconceito, que aqui denominamos de TLGBQIA+fobia, foram produzidas por uma cultura religiosa hegemônica, associada à forte presença do cristianismo, combinada com conhecimentos médicos e educacionais até este início do século XXI, e parecem ainda prevalecer em vários contextos contemporâneos.

A temática do referido trabalho surgiu da minha participação no grupo *Mães da (R)existência*, da cidade de Mariana, MG. A participação como ativista desse grupo levou-me a perceber a importância dessas ações para a localidade e para a sociedade em geral no reconhecimento dos direitos de TLGBQIA+. Considero que este reconhecimento tem grande importância para os contextos educacionais, especificamente para a escola. O foco em minha autobiografia e na questão trans se deve ao fato de minha experiência como travesti/transexual negra, por eu ter experimentado o peso da transfobia e do racismo nos contextos educacionais. Assim, esta pesquisa contribui para minha formação em Pedagogia e para minha trajetória profissional como Pedagoga.

Interpeladas pelos discursos médico, religioso e pedagógico, algumas pessoas, a

partir de suas sexualidades que não se encaixam no padrão cisheteronormativo, podem se tornar alvos de constantes ataques, perseguições e diferentes formas de assujeitamento. De tal forma, essas sexualidades são consideradas “errôneas, doentias, até mesmo desordenadas; enfim, objeto de condenação e exclusão” (Torres, 2010, p. 25). Apesar dos importantes progressos, ainda se mantêm até os dias de hoje essas formas de assujeitamento.

Vivemos em uma sociedade constituída pelas diferenças, mas que, pela perspectiva hegemônica do gênero e das sexualidades, é orientada por uma matriz heterossexista (Butler, 2003), marcada pela TLGBQIA+fobia. Deste modo, marginalizam-se os modos de existência, silenciando demandas e instaurando formas de perseguição àqueles marcados pelas diferenças das sexualidades. Estes, muitas vezes, por não terem um “lugar de fala, compondo o lugar social” (Ribeiro, 2017), acabam se sujeitando à discriminação e ao preconceito. Apesar da grande rede de conhecimentos sobre diversos assuntos, podem reforçar este referido silenciamento e perseguição.

Pelo caráter cisheteronormativo prevalente, há o predomínio de formulações binárias, mecanicistas de regras e ponderamentos que definem a sexualidade de forma compulsória. Assim, pela cisheteronormatividade, se propagam os preconceitos aos TLGBQIA+, bem como atos discriminatórios e excludentes, em que, na maioria das instâncias, promove de forma explícita e/ou implícita a evasão escolar.

Em face do que foi colocado anteriormente, é possível perceber que o ambiente escolar, seguido pelo familiar, deve e precisa ser um espaço relacional e significativo para a imersão dos sujeitos na construção do conhecimento. Esta imersão ocorre através da socialização, interação e interlocução com os outros, da produção da subjetividade, e de tal maneira pode produzir valores éticos na sociedade em consonância com as políticas de direitos humanos. Entendemos que tais políticas promovem as diferenças ligadas à construção para a sustentação da igualdade e equidade na construção da cidadania.

Nesta perspectiva, percebemos a importância desses debates referentes às sexualidades e ao gênero dentro do contexto escolar, desde a mais tenra idade. Este proporciona ao estudante formas de conhecimento, bem como o exercício do respeito aos diferentes modos de existência que permeia a sociedade, de modo específico os valores comuns. Desta forma, é válido proporcionar a abordagem destas temáticas, pois

considero importante desnaturalizar a imagem enraizada e estereotipada na sociedade, que omite histórias de sujeitos, sejam eles negros, indígenas e estrangeiros, estes que acabam sendo assujeitados e até mesmo não se sentindo pertencentes aos espaços escolar e social.

Dentro dessas ponderações, no capítulo 2, intitulado: “O lugar social de uma travesti/transsexual negra: do armário à experiência familiar”, apresento por relatos autobiográficos o meu processo de apropriação de minha identidade como travesti e transsexual diante de minha família e meus círculos mais próximos de convivência. O método autobiográfico não inclui somente questões relacionadas à história individual, mas também da história social, visto que os artigos produzidos dentro desse molde podem vir a ser usados como objeto de estudos em diversas áreas. Considero que o método autobiográfico é de extrema importância para a pesquisa acadêmica em geral. De modo especial, avalio que a minha autobiografia pode vir a influenciar na pesquisa de outros, trazendo inovações para determinada área, além de permitir que a vida e o trabalho dos educadores se mantenham vivos através da escrita (Bueno, 2002). A partir de meus relatos e do diálogo com referências acadêmicas, busco trazer conceitos e acontecimentos que dizem sobre a vida de TLGBTQIA+ nos contextos educacionais.

Esse capítulo visou analisar elementos dos meus relatos autobiográficos, partindo do caderno de memórias em que nele consta minhas recordações, bem como as trajetórias do início do meu desenvolvimento até os dias atuais. Neste processo de descobrimento de minha identidade como travesti/transsexual, há memórias da minha devida aceitação, dos preconceitos nos âmbitos sociais e educacionais e do processo da saída do armário (Nascimento; Scorsolini-Comin, 2018). Delineio, portanto, o processo de aceitação da minha família e a sua importância para o sujeito TLGBQIA+, adentrando na especificação de que a aceitação do corpo familiar se perpassa a um processo de transformação, entendimento e apropriação dos termos, conceitos etc. (Novais, 2020).

Nesse capítulo 2, é arqueado o conceito específico da travestilidade/transsexualidade. Nele, busco abordar, de forma breve, o quanto a pandemia da AIDS, na década de 1980 e 1990, foi precursora para o “aumento da homofobia” (Campos; Coelho, 2010, p. 3 *apud* Fone, 2000).

Deste modo, o capítulo pontua o racismo enfrentado por eu ser uma mulher negra, e o quanto o preconceito racial no Brasil está interligado ao preconceito de marca das travestis e transexuais (Nogueira, 1979, p. 79), além disso, o que se compreende por direitos TLGBQIA+ e por documentos norteadores a estes sujeitos.

Neste contexto, o capítulo 3, intitulado “Articulações teóricas e políticas em amadurecimento: enfrentando a cisheteronormatividade”, aborda os momentos de aceitação por parte da minha família, minha identidade e o momento de liberdade. O capítulo de forma conceitual e contextualizada traz o que é a cisheteronormatividade e a transfobia, e como essas nomenclaturas propagam as exclusões, silenciamentos e diversas iniquidades na sociedade, preconizando a importância dos movimentos sociais para possibilitar a luta pelos direitos e a equidade na sociedade.

A presente pesquisa viabiliza através do contexto histórico como essas práticas foram sendo instauradas a partir da matriz heterossexista (Butler, 2003), anulando e silenciando a nossa história e ancestralidade, a partir da história da primeira Travesti do Brasil, Xica Manicongo, e como tentaram ocultar a história das travestis/transexuais durante toda história.

Trago de forma consistente, a partir do livro *Sopa de letrinhas* (Fachini, 2002), as modulações da sigla LGBTQIA+, até chegar aos dias atuais. A partir desses embasamentos sobre a especificação da sigla TLGBQIA +, explico o significado do T adiante nesta presente pesquisa. No contexto desses embasamentos, analiso minha autobiografia, permeando nesse capítulo 3 o reconhecimento no lugar social, denominado como lugar de fala (Ribeiro, 2017), e a importância dos movimentos sociais, como o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), na luta contra o racismo e a transfobia, pelos direitos e dignidade e oportunidades para uma sociedade equitativa, com foco na comunidade de travestis e transexuais negros, enquadrada com o Movimento Mães da @existência. Apresento no subcapítulo “3.1: Organização da 1ª Semana da Diversidade: Respeito aos modos de ser” a minha atuação como ativista e profissional na área educacional, na organização da primeira Semana da Diversidade, para a conscientização e o combate da TLGBfobia na sociedade e no município de Mariana, bem como a direção do documentário: *Trajéórias, vivências e experiências de LGBTQIA + no município de Mariana*, que discute a importância de ser uma

travesti/transsexual, ocupando o espaço de reconhecimento, na construção de uma cultura sem violência e ódio contra estes sujeitos. Assim, neste percurso da minha trajetória social, educacional e acadêmica, o subcapítulo 3.2 “Momento de celebração: perante as lutas e dores, o amadurecimento na significativa colação de grau” introduz o significado desse caminho na colação de grau simbólica, comemorada e exercida em março de 2023. Mostro nesse subcapítulo as histórias e a importância deste momento ao lado dos meus familiares.

No capítulo 4, isto é, nas considerações finais, retomo alguns pontos que considere importantes por sua força analítica, inclusive para minha própria apropriação daquilo que podemos entender como enfrentamento da cisheteronormatividade na área da educação. Isto auxilia em minha carreira como uma Pedagoga, que socialmente tem sua existência produzida em lugares sociais marcados pela negritude, travestilidade e universidade.

Além disso, aponto a importância do relato autobiográfico, pois esse método não inclui somente questões relacionadas à história individual, mas também da história social, visto que os artigos produzidos dentro desse molde podem vir a ser usados como objeto de estudos e pesquisas, além da contribuição para o entendimento das questões TLGBQIA+.

2 O LUGAR SOCIAL DE UMA TRAVESTI/TRANSEXUAL NEGRA: DO ARMÁRIO A EXPERIÊNCIA FAMILIAR

Neste capítulo, eu introduzo elementos dos meus relatos autobiográficos, partindo do caderno de memórias em que consta minhas recordações, vivências e trajetórias até os dias atuais.

Para começarmos, precisamos compreender a finalidade e o conceito de autobiografia. Trata-se de um gênero literário, cujo conceito define a “escrita ou melhor, registro da vida” (Mitidieri, 2010 *apud* Santos; Torga, 2019, p. 122) pelo próprio sujeito que vivenciou o acontecimento. Conceito este que teve sua origem na Grécia Antiga, sendo que “os antigos gregos não usavam a palavra autobiografia, tanto que, em inglês ela aparece nos últimos anos do século XVIII e só se estabelece nas primeiras décadas do século XIX” (Calligaris, 1998, p. 47).

O método autobiográfico diz respeito sobre narrar por si mesmo suas histórias e momentos da vida, até mesmo os detalhes minuciosos. O autor que vivenciou um acontecimento ecoa nos seus relatos, trazendo um novo sentido a essas vivências através de um novo significado. Esse gênero difere da biografia, no sentido de que a autobiografia consiste no relato da própria pessoa que conta a sua história, e até mesmo viabiliza o ponto de encerramento, ou seja, se torna a história da própria pessoa biografada.

Dessa forma, esse gênero textual é escrito na primeira pessoa, o que garante a identidade entre o narrador e o personagem principal. “A voz que narra é a voz que personifica o ato narrado” (Genette, 1995, *apud* Torga; Santos, 2018, p. 129). Assim, dentro dessas conceituações, introduzo os meus relatos autobiográficos.

Sou a Liana Paula, uma mulher travesti/transsexual negra, estudante de Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), nascida no ano de 1998 às onze horas e quinze minutos na cidade Primaz de Minas Gerais, denominada Mariana. A Liana que aqui escreve é constituinte de uma família simples de 5 irmãos, sendo a terceira filha.

Desde o meu nascimento, moro com os meus tios, pois a minha mãe não teve condições de me criar por motivos de saúde e devido às dificuldades e às agressões que sofria relacionadas ao alcoolismo do meu pai de registro. Doando-me assim para

sua irmã e o seu cunhado, que considero como os meus pais/tios, estes também são os meus padrinhos de batismo na Igreja Católica. Toda a construção do ser humano que hoje sou devo a eles.

Naquela época, nos finais dos anos de 1990, eu possuía bronquite, vivia internada no hospital da cidade. Recordo-me que eram momentos dolorosos de agonia e dificuldades, pois tinha de uma saúde muito frágil, estando os meus pais/tios e a minha mãe biológica sempre ao meu lado.

Apesar de ter me doado à irmã, mesmo com os percalços relacionados à minha saúde, recordo-me de minha mãe sempre presente em meu processo de desenvolvimento. Cresci me apropriando de toda a minha história e dos vínculos maternos e paternos. Ou seja, ao longo do meu processo de desenvolvimento, compreendi grande parte da minha trajetória e por que fui criada por meus tios/padrinhos, mantendo sempre a conexão com a minha mãe biológica. Minha infância foi humilde, com poucos recursos; os livros aguçavam meus sentidos, fazendo-se presentes entre os brinquedos de meus primos. Eu brincava de casinha com minhas primas e irmã, explorava os contos infantis populares e tinha contato com livros de autoajuda fornecidos por meus pais (tios), que estavam sempre presentes em meu cotidiano no percorrer dos dias.

Desde a infância, sentia atração afetiva pelos meninos. Recordo-me do primeiro selinho que ganhei no vagão durante uma viagem de trem da escola. Nesse momento, descobri a minha orientação sexual, que foi se organizando a partir da feminilidade por meio de trejeitos, adereços, brinquedos, sapatos etc. Tudo isto era idealizado em uma folha de papel, numa utopia colorida com lápis de cor, por meio de desenhos de princesas e brilhos, tanto nas atividades de sala de aula quanto nos cantos da casa, como uma forma de espairer das mágoas e dos desejos.

Isto é, desenhar era uma forma de me distrair e esquecer das tristezas e preconceitos que enfrentava. Esses desenhos eram idealizados na cama do meu quarto e sobre a mesa da sala. Além disso, me distraia dos desejos que tinha de ser quem sou hoje, uma travesti negra. Mesmo naquele momento, não entendendo o real processo da minha identidade, eu desenhava com lápis de cor os vestidos, cabelos e tudo que sonhava nos contextos femininos para o meu eu.

Nessa fase, as abordagens sobre a diversidade sexual e de gênero eram omitidas, bloqueadas em vários espaços e não debatidas. Eu não tinha um conhecimento acerca da minha identidade/expressão de gênero, que nesse momento estava no início de descoberta. Dessa forma, aos 11 anos de idade, aflorou-se a minha identidade de gênero. Nesse momento, minha mãe biológica conseguiu a reforma da sua casa pela prefeitura da cidade de Mariana. Com isso, pela primeira vez, fui morar com ela e pude sentir o gosto do seu afeto por meio desse contato diário – até mesmo com todos os meus irmãos. Todavia, continuei frequentando a casa dos meus padrinhos (pais/tios). Era a experiência de um núcleo familiar expandido.

Nessa vivência de estar residindo com a minha mãe e todos os meus irmãos, tive a oportunidade de cuidar do meu pai de registro, que já estava debilitado, possibilitando dividir os momentos com ele para que existisse o perdão de minha parte por tudo que havíamos passado.

Nesse cenário, houve a existência de uma paixão à primeira vista por um vizinho mecânico, em que, com o passar dos dias:

Resolvi escrever uma carta aberta para ele declarando todo o meu sentimento. Sentimento este que era só meu, ele não sabia, mesmo assim quando o via ficava o admirando. Na época ao chegar da escola, tomei coragem para entregar a carta que ficava guardada dentro da minha cômoda de madeira. Sendo que ao chegar da aula a carta tinha desaparecido, e não chegou às suas mãos (Caderno de Memórias, 2023, p. 1).

Com isso, meu irmão e a minha mãe biológica descobriram a minha sexualidade e não me interrogaram nem mesmo quando me assumi publicamente. Nessa época, era rodeada de momentos bons, afetivos e felizes. Nas tardes depois da aula, junto com a minha irmã, entrávamos no ritmo do calypso¹, calçando os saltos da minha genitora, vestindo suas roupas e usando toalhas para simular longos cabelos. Era uma forma de me permitir experimentar o que ainda estava prestes a me libertar, e reconhecer a pessoa que hoje eu sou plenamente.

¹ Também conhecido como Brega Calypso ou somente Brega-pop, teve seu início na década de 1990. em Belém do Pará e se alastrou por todo país. Tem a mistura de ritmos regionais e misturas que variam de lambada ao carimbó do Pará.

Atentamos que a noção identidade de gênero se destina a definir “como uma pessoa se sente em relação ao próprio gênero, seja masculino ou feminino, até mesmo se reconhecer em outras formas de gêneros” (Pimenta, 2020). Historicamente, esta noção foi proposta de forma internacional com outra, a orientação sexual, pelos Princípios de Yogyakarta (2007), em uma reunião de teóricos e ativistas, em uma cidade de mesmo nome, na Indonésia, dentro de uma articulação de organismos das Nações Unidas (ONU). É possível observar que nestes princípios não temos mencionada nenhuma das identidades ou expressões de gênero que conhecemos nas diferentes siglas que se utiliza comumente. Isto se deve ao fato de ser um documento internacional e alguns países poderiam rejeitá-lo de imediato por conter as tais identidades e expressões.

Estes princípios buscam corroborar normas jurídicas em favor do reconhecimento das identidades de gênero, abarcando pessoas transexuais e travestis, bem como diferentes orientações sexuais como um direito relacionado a dignidade da pessoa humana: “Toda pessoa tem o direito à sua integridade física e mental e à sua autodeterminação, independentemente da sua orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou das suas características sexuais” (Princípios de Yokarta, 2017, p. 11).

Atualmente, nas políticas públicas, tem-se utilizado identidade e expressões de gênero, considerando que algumas pessoas não se autorreconhecem em identidades, mas sim em uma expressão, como é o caso das pessoas queers, não binárias, entre outras. Isto possibilita às pessoas trans se reconhecerem além dos órgãos genitais, mas presente em características, aparência e no seu modo de ser e estar. Acima de tudo, a nossa identidade como ser humano está em nossa essência interna, que se manifesta externamente. Ainda que eu não tivesse este vocabulário, era minha identidade de gênero que eu estava exteriorizando de forma pontual, era a luta pela minha dignidade como pessoa humana que curso.

Nesse percorrer da minha história e do meu descobrimento, aos 15 anos, comecei a me maquiar com um pó compacto da minha mãe/tia, para ir a aula escondida. Recordo-me que, em todo o meu processo escolar, houve discriminações, preconceitos e agressões, isto por causa da minha voz e por eu andar somente com as meninas. Sendo chamada e xingada por jargões depreciativos comuns, não pela forma de precariedade

linguística, e sim por fatores de ofensas, por já “carregar trejeitos que dissociava dos padrões impostos ao gênero social, em que fui denominada uma gay enrustida” (Caderno de Memórias, 2023, p. 9).

Lembro que, nessa vivência, depois do recreio em uma escola estadual da cidade, na entrada para a sala tive minhas calças descidas por colegas de classe com deboches. Nessas situações angustiantes e de humilhação pública, não tive o auxílio da professora regente e somente providências tomadas pela direção da instituição, pela aluna em que eu era, dedicada e esforçada, mesmo com os meus déficits de aprendizagem. Diante de todos esses acontecimentos, me fechava para o meu próprio eu. No final do ensino fundamental, apresentei uma crise de nervos dois meses prestes a me formar, sem enxergar, estrei em um estado vegetativo por quase dois meses, isto em decorrência das TLGBfobias que presenciava. Recordo-me da minha mãe no leito da sala do hospital olhando para mim, com os olhos embrulhados de lágrimas. Esses momentos me trouxeram um alto índice de timidez e ansiedade, que me fazia voltar para o armário:

[...] ‘armário’ como algo que em alguns casos os homossexuais se veem obrigados a voltarem em determinadas circunstâncias de sua vida, como, por exemplo, diante de um novo emprego, de um certo grupo de amigos e de familiares. Sendo assim, a criação do armário surge de acordo com a necessidade do(a) homossexual sair ou voltar para dentro dele (Sedgwick, 2007 *apud* Nascimento; Scorsolini-Comin, 2018, p. 1535).

Esse ato de voltar para o armário me fazia sentir não pertencente àquele espaço. Não tinha a liberdade de me expressar, já que o meu maior receio era o medo dos meus pais (tios/padrinhos) descobrirem os meus sentimentos e como eu me identificava, pois cresci nos meios religiosos e conservadores. Apesar disso, todo o restante da minha família já sabia naquele momento da minha orientação afetiva, ou seja, da minha orientação sexual. O medo de se revelar diz respeito ao medo e à culpa que são impostas aos jovens que se assumem LGBTQIA+. Segundo Nascimento e Scorsolini-Comin (2018), este medo se torna:

Um desafio e insegurança para assumir o verdadeiro eu, seja pelos costumes, valores, acarretando o medo deles sentirem rejeição na interligação dos sentimentos de culpa e frustração no pensamento, na abordagem de não superar as expectativas traçadas e padronizadas de se casar, constituir uma família e seguir os padrões normalizados e hierarquizados hegemonicamente na sociedade (Nascimento; Scorsolini-Comin, 2018, p. 1534).

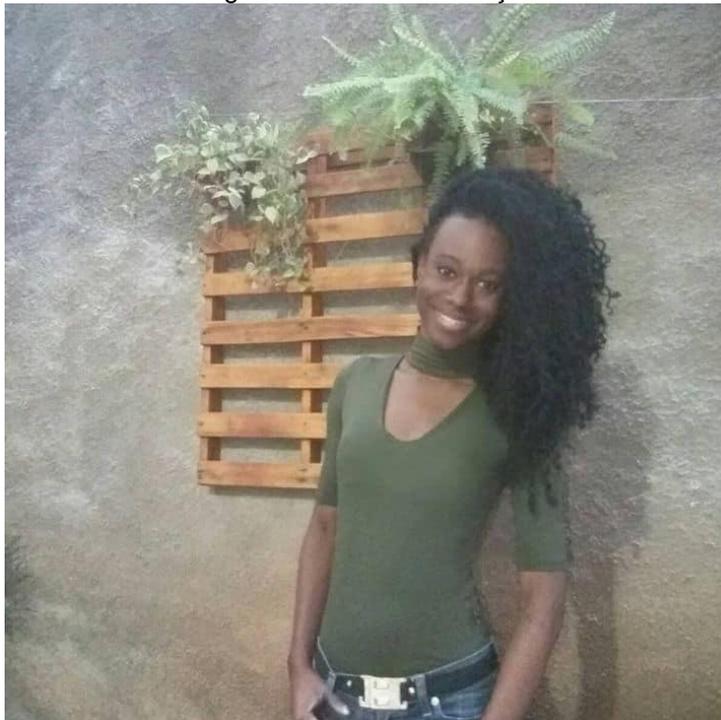
Meus pais/tios tinham expectativas de me levarem aos jogos e de eu ter atitudes masculinas, porém foram percebendo que eu não gostava de tais contextos. Por outro lado, havia uma experiência precária de socialização, sem pessoas que pudessem ser referências para meu modo de existência naquele momento. Ao longo do tempo, pude experimentar algo diferente, encontrar figuras públicas com as quais eu poderia me identificar.

Apesar dos desafios nos processos de ensino, em que denomino como um sacrifício por toda vivência ao longo desse tempo, continuava resistindo, pois desde nova me ensinaram que na nossa origem, sendo negra, o estudo era a base para conseguirmos ser alguém na sociedade, já que o racismo também fez parte da estrutura do contexto educacional em que eu estava.

Eu negava o meu corpo, as roupas, blusas largas era para mim terríveis, o cortar o cabelo era onde me sentia mais feia. Andava de blusa de frio para ir a escola e aparecer na sociedade para me esconder, pois eu não me sentia pertencente com roupas masculinas, mas era obrigada a usar para não causar tristeza aos meus pais (Caderno de Memórias, 2023, p.9).

Nos processos de desenvolvimento, aos 17 anos, me assumi uma mulher travesti/transsexual, assim, desfrutava das roupas femininas que me eram doadas. Nesse momento, obtive contato com reportagens de transexuais e travestis, apropriando dos conceitos e da minha identidade por completo, onde descobri a minha transexualidade. Neste momento, os acessos às informações corretas se tornaram fundamentais para que eu me reconhecesse e nomeasse a mim mesma. Disto resulta uma percepção de que a escola, ao tratar destas questões, poderia legitimar informações corretas que muito ajudariam jovens TLGBTQIA+.

Figura 1 - Início da transição



Fonte: Arquivos pessoais, 2017.

Contextualizando, o termo travesti definia as pessoas que travestia com adereços femininos. De acordo com Manual de Atendimento e Abordagem da População LGBTI por Agentes de Segurança Pública:

Travesti: é uma identidade de gênero autônoma, fora do binarismo de gêneros (masculino e feminino). A travesti não se identifica propriamente com o gênero oposto ao que lhe foi atribuído no nascimento. Não se entendem propriamente como 'homens' ou como 'mulheres', mas como travestis. Não reivindicam a identidade 'mulher', apesar de apresentar expressão de gênero predominantemente feminina, devendo ser tratadas como pertencentes ao gênero feminino (RENOSP-LGBTI, 2018, p. 10).

A transexual, além de se transvestir, exerce o seu processo de transição para a aquisição das características femininas para adequar ao gênero que se identifica. Acredito que todos esses fatores apresentados, nos termos travesti e transexual, elaboram uma definição condizente com a minha identidade de gênero, em que pode refutar outras que depreciavam a identidade trans.

Dessa forma, detenho-me a dizer que me identifico na travestilidade, relacionada a um teor político, pois em todo o contexto da história o termo travesti foi marginalizado,

caracterizando esses sujeitos como pessoas abjetas, nessas diferenciações de “doidas e putas” (Barbosa, 2013, p. 20), relacionadas aos atos ilícitos, ocasionados pela falta de aceitação e oportunidades na sociedade.

Considero que é preciso desconstruir esses imaginários, uma vez que não estamos atrelados aos trabalhos subalternos, e estamos presentes nos dias atuais em todos os espaços formais. A prova deste momento se constitui nesta narrativa: uma travesti negra prestes a se tornar Pedagoga. Mas hoje temos, ainda que de modo raro, travestis e transexuais em diversas profissões em nossa sociedade.

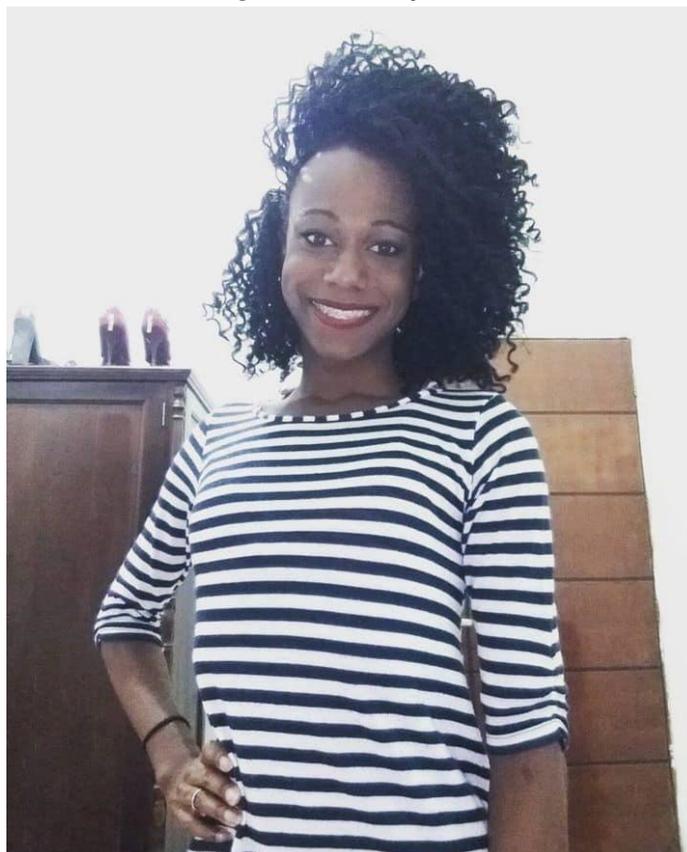
Permaneci no armário por muitos anos com medo da minha família, pois não gostaria de ver meus pais sofrendo. Isto indica um conflito presente na vida de muitas pessoas LGBTQIA+, pois quando alguém se assume, toda a família parece se tornar alvo da LGBTQIA+fobia, ainda que em diferentes formas e intensidades. Porém, isto não foi capaz de me manter no armário. Assim que me assumi, me libertei e me senti leve e, mesmo com as disforias de gênero, me senti feliz.

O termo disforia de gênero, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5 2014, p. 451), “refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa”. Isto é, se caracteriza por sentimentos de tristeza e angústias por não se sentir pertencente ao corpo biológico e a sua essência interna, bem como com as suas características físicas, produzindo o referido sofrimento nos âmbitos sociais e até mesmo profissionais (Fleury; Abdo, 2018). Como toda categoria diagnóstica, isto diz mais de um saber médico do que da experiência das pessoas que vivem tal condição. É importante observar que categorias diagnósticas como esta já sofreram alterações, mais recentemente provocadas pelas lutas de despatologização da identidade ou expressão de gênero (Prado, 2018).

Tendo em vista a minha autoidentificação como uma travesti/transexual, comecei a aparecer para a sociedade de uma outra forma. Com poucos recursos, fui me moldando com os cabelos de tranças e extensões capilares sintéticas, e, com isso, fui me descobrindo. Nos perfis das redes sociais, as fotos eram sempre femininas, sendo que mantinha neste perfil o meu nome biológico. Isto não condizia com a minha identidade. Foram diversas influências no meu desenvolvimento que propiciaram a

mudança para o meu nome social declarado, Liana Lins, de origem francesa e que significa Deus é juramento.

Figura 2 - Transição



Fonte: Arquivos Pessoais, 2017.

Este nome carrega consigo significados que considero relacionados a minha personalidade, como, por exemplo, de protetora e de cuidadosa com pessoas que são especiais em minha vida. O nome que hoje me identifico foi escolhido com delicadeza e cautela a partir do dicionário de nomes próprios na plataforma Google. Reconheci o seu significado coerente e suas características e nesse momento se concretizava a Liana em seu nome.

Nessa época, ganhei o meu primeiro sutiã da minha irmã Ana Paula, onde me senti ainda mais completa. Além disso, resolvi alterar o meu sobrenome Lins para Paula, depois de uma conversa com a minha irmã (já que ela tinha este mesmo sobrenome em seu registro), assim, com o seu consentimento, fiz a mudança. A partir desse momento, ficou internalizado e socialmente divulgado o nome Liana Paula. O

nome Paula foi um modo para não perder as minhas raízes, ligadas à minha história, nesse processo de aceitação e do meu pertencimento familiar até os dias de hoje.

No dia 07 de março de 2019, dentro dos parâmetros constitucionais, retifiquei oficialmente o meu nome para Liana Paula, em todos os documentos necessários, a partir do cartório de registro civil da cidade residente de Mariana, fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana prevista na Constituição Federal (1988). Entendido pelo Supremo Tribunal Federal no Provimento CN-CNJ nº 73 de 28 de junho de 2018 que: “Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa *transgênero* no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN)” (Brasil, 2018). Naquele momento, experimentei o reconhecimento e o orgulho, expressos nas palavras dirigidas em uma foto com a certidão nas redes sociais: “A cada parte da minha história, eu sempre sonhei com este momento de orgulho e gratidão. Hoje nasce a Liana verdadeiramente” (Caderno de Memórias, 2023).

Figura 3 - Mudança de nome na Certidão de Nascimento



Fonte: Arquivos pessoais, 2019.

Diante desse percurso de descobrimento e de liberdade de ser quem nasci para ser, tive desafios, transtornos e dificuldades na vida. Meus pais (tios) no início do meu processo de transição (pela falta de compreensão, pois para eles era algo novo pela falta de contato e conhecimento) praticavam alguns preconceitos estruturais e conflitos que perduraram por algum tempo, o que me ocasionava tristezas. A partir do processo que eu vivia, com o passar do tempo, buscaram com meu auxílio, por meio de estudos, informações e relatos de amigos próximos com casos parecidos. Assim foi acontecendo a minha aceitação, pois o respeito permanecia.

Hoje eles se posicionam, se orgulham, incentivam, entendem os conceitos e me tratam de modo que me deixa mais confortável, também estabelecem todo o apoio necessário às minhas necessidades. Por isso, é importante dizer quanta gratidão tenho em ter uma família que me ama, e que, apesar de todos os percalços, não fecharam as portas e não deixaram de segurar a minha mão. Considero que isto estabeleceu o real significado do amor familiar.

Figura 4 - Meus pais/tios e o amor familiar



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Percebo que a devida aceitação da família é um processo de transformação, que

“se assemelha ao tratamento hormonal de redesignação de gênero feito pelo filho: Da mesma forma que um tratamento hormonal demora, nós também estamos em tratamento. Nós também estamos numa transformação” (Novais, 2020, p. 300). A queixa que sempre me direcionaram era de autocuidado, do medo de me ver sofrer, pois sabiam do peso que carregamos por fugir dos fortes padrões binários na sociedade. Viveram em épocas diferentes de mim.

No histórico da vida de meus familiares, eles presenciaram a pandemia da AIDS na década de 1980, em que:

Nessa época, nas manchetes de jornais ou em conversas de rua, o termo mais usado para referendar a epidemia que se iniciava era ‘a peste’ ou ‘o câncer’ gay. Para além de todo o preconceito social, os casos de aids que tinham maior notoriedade pública invariavelmente estavam relacionados aos homossexuais (Pedrosa *et al.*, 1995, p. 91).

Eles viram o quanto os sujeitos TLGBQIA+ nesse período sofreram perseguições, algo evidenciado até os dias de hoje, já que naquele momento se caracterizavam estes sujeitos como pertencentes a grupos de riscos, por serem compreendidos parte de uma população que se expunha mais ao risco de se contaminar.

A epidemia da AIDS foi um fator decisivo para o aumento da homofobia, uma vez que o ódio e/ou medo com relação aos homossexuais cresceu em virtude da estereotipação ocasionada pelo conceito de ‘grupos de risco’ (Campos, Coelho, 2010 *apud* Fone, 2000, p. 3).

No Brasil, mesmo com os avanços nos processos de aceitação e até reconhecimento, como no caso do nome social, lideranças do movimento social afirmam que somos o país que mais mata pessoas TLGBQIA+ no mundo. A cada 34 horas, como aponta o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2022), temos neste grupo vítimas de discriminação e preconceito. Esses preconceitos na sociedade eram parte das minhas experiências de vida: os olhares contrários de reprovação, o ato de atravessar a rua para não se deparar comigo eram alguns dos detalhes desses momentos. Meu sentimento era de estar fora da sociedade, até mesmo de não pertencer a este mundo.

Percebi nesse momento o quanto era marcada pela minha identidade e a minha

imagem como uma travesti negra, em que relaciono ao preconceito racial do Brasil, que diz respeito a: “quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque” (Nogueira, 1979, p. 79).

Nesta ligação com a travestilidade/ transexualidade e a questão racial, percebe-se o quanto somos marcadas e discriminadas por carregar nossa identidade, nossas aparências, imagem, nosso jeito de andar, o timbre ecoado pela voz, na maioria das vezes por não ser passável (dotada de todas as características femininas). Nesse contexto, foi difícil ser descartada de uma entrevista de emprego ao tentar uma vaga no mercado de trabalho, por ser uma travesti e/ou uma negra. Informavam-me de que minha exclusão poderia ser para “não sujar o nome da empresa” (Caderno de Memórias, 2023).

É importante ressaltar que mesmo diante desses preconceitos no mercado de trabalho, no ano de 2022, tive uma oportunidade, no período da pandemia do coronavírus. Após uma entrevista de emprego em uma loja de cosméticos, realizada pela proprietária do estabelecimento, eu fui gratificada com a oportunidade de ingressar, ser efetivada, não por ser uma travesti/transexual, e sim por ser um ser humano como as demais pessoas, sendo reconhecida pelo meu trabalho. Recordo de uma fala de uma jovem assim que acabei de atendê-la de que eu era a primeira trans que ela via em uma loja.

Foram momentos de experiências e amizades com clientes, que até hoje me param nas ruas para agradecer e perguntar o porquê da minha saída. Deixei bons laços nesta loja, até mesmo com a proprietária e os seus filhos, ambos não gostariam que eu partisse, pois viram em mim competência. Apesar da saída, as portas da empresa ficaram abertas, porém, com a volta às aulas na universidade de forma presencial depois da pandemia, devido aos horários, tive de pedir minha demissão, para concretizar esse findar dessa jornada.

Mesmo diante dessa oportunidade, durante meses tentando ingressar no mercado formal, é perceptível que muitas trans não conseguem as mesmas chances, e são vítimas veladamente da transfobia. Isto é parte do contexto de marginalização da travestilidade, entre tantas outras identidades e não identidades que fogem da “matriz

heterossexual, da estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero [...] essa relação binária entre ‘homens’ e ‘mulheres’” (Butler, 2023, p. 8). As relações sociais em locais como trabalho, a família e a escola, bem como a compreensão das pessoas a partir a partir da matriz binária, são muito prejudiciais, devido ao discurso cisheteronormativo que opera nos contextos educacionais de modo bastante ostensivo (Torres; Saraiva; Gonzaga, 2000), e, também, em minha experiência, em outros contextos como a família. Portanto, são ainda muito necessárias outras formas de proteção da dignidade de pessoas trans.

3 ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS EM AMADURECIMENTO: ENFRENTANDO A CISHETERONORMATIVIDADE

Vivendo fora do armário e estando suficientemente bem com minhas relações familiares, a vida continuou propiciando experiências de todas as ordens. Mas, sem muitas dúvidas, a possibilidade de elaborar teoricamente algumas questões possibilitou dar nomes a determinadas experiências de minha vida. Entre elas, foi entender como as lógicas da cisheteronormatividade atuavam na minha existência. A cisheteronormatividade se refere a uma compreensão do mundo em que as pessoas heterossexuais e cisgêneras são privilegiadas em detrimento daquelas que se localizam nas travestilidades, transexualidades e outras identidades e expressões que fogem da binaridade de gênero, sendo a educação um lugar em que este privilégio se apresenta de modo ostensivo (Torres; Saraiva; Gonzaga, 2000).

Padrões estes da cisheteronormatividade em que se liga com o cissexualismo, que define:

Um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do próprio sexo. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de bem-estar ou de adaptação por referência ao seu próprio sexo anatômico e do desejo de não se submeter a intervenções cirúrgicas ou tratamento hormonal, a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado (Rosa, 2020, p. 65).

De tal forma, o conceito de cisgeneridade se destina às pessoas que se identificam com o seu sexo biológico designado no nascimento, sem disforia e interferências, “um termo utilizado para se referir a pessoas que não são trans” (Grimm, 2017 *apud* Rosa, 2020, p. 64). Nessa articulação, a noção de cisheteronormatividade busca uma ampliação/redefinição da noção de heteronormatividade, que vem da palavra hétero, e que é definida por pessoas que sentem atração pelo gênero e o sexo oposto. Este termo se refere somente às relações entre homem e mulher que são naturais na sociedade, os que fogem dessa conjuntura é considerado um: “desvio como antinatural e passível de perseguição, correção e destruição” (Rosa, 2020, p. 59) a partir de uma lógica heteronormativa. Enquanto as hétero normas produzem corpos masculinos e femininos, as cis/hétero normas seriam aquelas que produzem corpos

trans e corpos cis definidos compulsoriamente como heterossexuais. Essa noção de cisgeneridade, proposta por um grupo de blogueiras norte-americanas, aos poucos tem sido apropriada pelas pesquisas acadêmicas e de modo mais intenso pelos movimentos sociais (Torres; Saraiva; Gonzaga, 2000). A TLGBTQIA+fobia entendida como formas de violência, agressão, desclassificação etc. funciona e tenta se justificar por argumentos que dizem respeito às lógicas cisheteronormativas.

Essas lógicas discriminatórias se orientam por crenças perpetuadas como verídicas, segundo o histórico do Ocidente Cristão. Tais práticas foram produzidas por uma cultura religiosa hegemônica, atrelada à forte presença do cristianismo até este início do século XXI, e que ainda prevalece em vários contextos contemporâneos, apesar de certa abertura de pautas relacionadas ao gênero e a sexualidade (Torres, 2010).

A matriz produzida pelas normas hétero e cis produz modos de pensar, agir e sentir que mobilizam modos de desumanização e/ou assujeitamento de determinados grupos identificados pelos marcadores sociais das sexualidades (identidade/expressão de gênero e orientação sexual diversa da hétero). Podemos entender que tais normas organizam discursos cisheteronormativos que colocam em funcionamento dispositivos como transfobia, lesbofobia, bifobia, transfobia etc. Para efeito didático, o termo LGBTQIA+fobia tem sido muito utilizado, algo que nós temos utilizado no contexto de nossa pesquisa como TLGBQIA+fobia, porém, devemos ter sempre em mente que o uso didático pode ocultar diferenças significativas, por exemplo, de situações de transfobia e lesbofobia.

Desse modo, marginaliza os modos de ser nos meios sociais em que cada sujeito se identifica, consistindo em instrumento de poder, que silencia demandas e persegue aqueles marcados pelas diferenças das sexualidades. Nessa conjuntura, percebemos a importância do lugar social, também denominado como lugar de fala, que dentro dessa matriz cis/hétero gera privilégios sociais, o que ocasiona a TLGBQIA+fobia, bem como a exclusão e as desigualdades não só relacionada ao gênero, mas também ao pertencimento étnico racial. Conceito este que (lugar da fala), para Ribeiro (2017), caracteriza o domínio apropriado em que uma pessoa a partir do seu contexto social tem propriedade para falar a partir de sua experiência. Ou seja, a ideia central do lugar

de fala é entender que, mesmo que diferentes pessoas possam compreender situações sociais e teorizar sobre as mesmas, quem possui argumentos contextualizados sobre essas situações são os grupos que possuem experiências com essas realidades (Netto, [s.d]). É entender que os movimentos sociais negros e TLGBQIA+ consistem em “experiências que são atravessadas nessa matriz de dominação que impede com que estes grupos existam em determinados espaços” (Ribeiro, 2017b, Youtube).

Dessa forma, sendo uma travesti/transsexual negra neste lugar social em que existo, é perceptível o discurso de uma matriz cis/hétero patriarcal, que silencia e inibe nossos corpos, bem como a nossa ancestralidade e a nossa história. Neste entorno, se faz presente a importância dos movimentos sociais, a partir das suas lutas entrelaçadas no seu lugar social, para uma sociedade democrática e equitativa, como o movimento Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), que “prima prioritariamente pela cidadania plena e a luta contra o racismo, preconceito e discriminação sofridos por esta população, motivados exclusivamente por sua identidade de gênero, raça e cor” (FONATRANS, [s.d]). Trata-se de um movimento que luta em prol de políticas públicas, formação e oportunidades para Travestis e Transexuais negras, já que somos marginalizadas principalmente por carregar a nossa cor de pele. De tal forma, de acordo com o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) de 2022, os maiores índices de violências

Acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres trans, principalmente contra negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. Travestis e transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são essas as que têm os maiores índices de violência e assassinatos (ANTRA, 2022, p. 50).

É possível perceber dentro dessa rede hegemônica sustentada pelas cisheteronormas como os corpos travestis e transexuais são marcados dentro da sociedade, fundamentalmente quando analisamos as experiências de travestis e transexuais negras e as formas de assujeitamento que sofrem no mundo do trabalho e da educação. Quando ressaltamos sobre lugar de fala, existe o mesmo espaço e legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale

sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? Esta é uma das perguntas que Ribeiro (2017) nos faz refletir.

Na maioria das circunstâncias, pode predominar a visão de que temos legitimidade para falar somente de ser uma travesti negra, das nossas vivências. Quando rompemos essa barreira de forma articulada, posicionando política e socialmente, ressignificamos os espaços, quebrando esses paradigmas do silenciamento. Assim, é possível perceber um incômodo, pois faz questionar a rede de privilégios dos corpos cis/hétero/branco, pois gera narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança (Ribeiro, 2017). Mudanças significativas sociais de não estar somente ligada à inferioridade, e sim munida dos mesmos direitos, ocupando os mesmos espaços, por exemplo, de ser uma travesti negra, periférica, de ocupar o espaço em que hoje venho conquistando, rompendo com essa barreira de opressão e sendo reconhecida não só pela minha identidade, mas para além dela. O que esperam de nós é uma imagem precária, subalterna, como ressalta Erika Hilton:

A sua imagem chega antes de você, não importa o quão inteligente você seja, não importa o quanto de conhecimento e experiência você tenha. E o que esperam é a imagem da travesti capenga, da travesti coitada, da travesti cabeça baixa, sempre pedindo licença [...] E isso incomoda, e isso gera um lugar que faz com que eles comecem a nos olhar de uma forma diferente. Pera aí, alguma coisa tem aí! Pois ela não chegou aqui pedindo nada pra ninguém, pois ela chegou aqui antenada, bem vestida (Hilton, 2023).

Quando nos posicionamos e nos empoderamos ao adentrar espaços educacionais, ressignificando esses espaços. Além de causar incômodo, começamos a ser vistos com outros olhos, mostrando que não carregamos os paradigmas que temos extirpado de nossos corpos. Isso faz com que eles repensem, nos reconheçam e, de certa forma, nos respeitem nos âmbitos sociais, além de inspirar outras mulheres negras e transexuais.

Quando ressaltamos sobre lugar de fala, viabilizamos o lugar social em que o sujeito se insere, e nesse contexto todos se conduzem a um lugar de fala. É preciso se atentar, como nos ressalta a autora Djamila Ribeiro:

Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans

e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. (Ribeiro, 2017a, p. 47).

Nesse entorno, é preciso que essa classe privilegiada, que se beneficia das opressões, incluindo a cisheteronormatividade, tenha a capacidade de articular-se em refelação aos sujeitos TLGBQIA + e os negros. Eles devem se engajar com a realidade desses grupos, devem compreender o contexto social em que estão inseridos, buscando empatia, repensando e propondo medidas para combater o racismo e a transfobia, visando superar essas desigualdade a fim de que prevaleça os princípios da equidade.

Dessa forma, desde o final do século XX, a sigla que identifica a população TLGBQIA + tem variado na forma e disposição das identidades e não identidades por até mesmo questões políticas e mercadológicas, como aponta Facchini (2002). Durante um período, a sigla Gay, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) foi relacionada aos fatores comerciais que buscavam pelos grupos que se identificavam e/ou apoiavam os movimentos homossexuais do ano de 1990. Assim como Homens que fazem sexo com homens (HSH), em que se caracterizava em uma política pública, na área da saúde, para o enfrentamento da pandemia da AIDS, que se instaurou dos anos 1980 a 1990. De acordo com a própria autora:

A proliferação de siglas e a segmentação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram, no ano de 1999, alvo de tratamento irônico na mídia, que acusava entidades que, então, passassem a utilizar a sigla GLBT de criarem uma 'sopa de letrinhas' (Facchini, 2002, p. 9).

Essas siglas, dessa forma, começam a seguir uma linha cronológica, histórica e contextualizada que de início se denomina: Movimento Homossexual Brasileiro (MHB); Movimento de Gay e Lésbicas (MGL); (Homens que fazem sexo com homens (HSH). Seguindo para Gay, Lésbicas e Transgêneros (GLT); Gay, Lésbicas e Simpatizantes (GLS); Gay, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT).

Dentro dessas modificações, a nomenclatura GLBT foi modificada para LGBT na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), exercida em Brasília, no período de 5 a 8 de junho de 2008 (Sutil, 2011). O foco

dessa conferência foi a aquisição de políticas públicas e direitos humanos destinada a esse público. Nesse momento, a palavra lésbica é inserida no início da sigla por questões políticas, e por se sentirem menos visibilizadas, dando “ênfase nas reivindicações das mulheres lésbicas” (G1, 2008), atrelada ao combate ao machismo na sociedade.

Diante dessas informações, considerando que essas siglas vão se revezando e não tendo uma ordem fixada de modo mais perene, até mesmo por fatores políticos ou relacionados à pesquisa acadêmica, sem alterar a sua finalidade em indicar uma determinada população e/ou grupo, pensei na importância de propor, neste trabalho, uma alteração. Desloquei a letra “T” para o início da sigla, pois o presente trabalho é proposto por uma travesti negra, e por ser a minha autobiografia, pois os relatos aqui apresentados tem minha história como central, como narradora central de minha vida.

Ao trabalhar a narração de minha biografia como fonte de pesquisa, introduzo uma autobiografia, que, segundo Torga e Santos (2018), é uma perspectiva possível de investigação.

Trata de um gênero literário que se fundamenta na perspectiva de um processo de escrita de si, através das suas vivências, ficando a promessa de que essa subjetividade contará os fatos como aconteceram, porque foi a mesma pessoa que as viveu. Em que diante destes direcionamentos não devemos buscar os detalhes fiéis da narrativa, mas enxergar o narrador da forma em que ele narra no determinado presente tais contextos. Deliberando a ressignificação dos fatos, eixo presente na atividade da determinada autobiografia, seguindo um caminho divergente do pensamento binarista, que viabiliza o narrar de si, que dialoga com uma identidade dividida (Torga; Santos, 2018).

Nesse caminho da minha história, o diálogo de incentivo nos estudos sempre se fez presente pelos meus pais/tios. Para eles, era o mecanismo para ultrapassar as barreiras do preconceito e adquirir oportunidades nos meios sociais formais. Sendo sempre o meu foco, o sonho desde infância é ser professora, transmitir conhecimento e contribuir para a sociedade, plantar e regar as sementes para que as mudanças sejam prósperas.

A minha primeira tentativa de entrada na faculdade se deu em 2015, pela primeira vez em uma faculdade na cidade de Ponte Nova, pelo projeto Universidade Para Todos (PROUNI). Devido às condições sociais e econômicas, não foi possível me matricular. Em 2016, comecei a estudar o vestibular do curso de Música, me preparando

para as provas de aptidão, sendo que no ano de 2017 passei na primeira e única chamada. Ao mesmo tempo em que iniciava minha relação com a universidade, eu precisava de trabalho e renda para sobreviver.

Figura 5 - Início da graduação em Música (Morro do Cruzeiro, OP/Demus)



Fonte: Arquivos pessoais, 2017.

Mesmo diante dessas conquistas, não saí ileso das retaliações ao transitar das ruas e oportunidades em que já havia sendo presenciada, onde obtive diversas portas fechadas, principalmente no mercado de trabalho, pela transfobia orientada pela cisheteronormatividade. Nesse momento, quando entrei na universidade, fui lidando com diversos contextos e culturas e uma rede de vastos conhecimentos e experiências. Sinto que tenho desenvolvido a habilidade de reconhecer e nomear de forma concreta os preconceitos e discriminações em olhares, atos e falas até mesmo veladas, algo que aprendi a nomear a partir da noção de transfobia. Esta que caracteriza uma aversão e uma questão normativa estrutural dentro do binarismo cisheteronormativo. De acordo com Podestá (2019), a palavra transfobia é:

[...] Um conceito em ascensão para designar e analisar as múltiplas violências contra pessoas trans – pessoas que vivem a transgeneridade. [...] Conceitualmente, a transfobia – sanção social naturalizada e normalizadora contra as pessoas trans tem uma relação com a abjeção e a estigmatização desdobradas do fenômeno da transgeneridade, no contexto de uma norma de gênero dependente da cisgeneridade (Podestá, 2019, p. 363).

Nesses padrões impostos pelas lógicas sociais, percebemos o quanto os corpos trans são articulados pelo silenciamento e apagamento existencial. De modo que uma pessoa trans, antes mesmo de falar ou após seu relato, está sob o estigma da abjeção, daquilo que deve ser eliminado. Segundo Torres (2010), de modo semelhante, as trans, e outras sexualidades que não se encaixam nos padrões da cisgeneridade, são alvos de constantes ataques, perseguições e assujeitamentos. Ainda, conforme o autor, essas sexualidades são constantemente interpeladas pelos discursos médico, religioso e pedagógico, de tal forma que passam a ser consideradas “errôneas, doentias, até mesmo desordenadas; enfim, objeto de condenação e exclusão” (2010, p. 25).

Nesse contexto de condenação e exclusão, percebemos em 1591, na primeira visitação do Santo Ofício no Brasil, concentrado no Nordeste brasileiro, a criação de uma lei colonial em que punia os crimes referentes a sexualidade, denominado: “pecado capital, em que todos os indivíduos que rompesse a lei, eram queimados vivos, feitos por fogo em pó, seus bens confiscados para a coroa, e seus filhos e netos, seriam tidos como infames e inábeis” (Napolitano, 2004, p. 2). Para que não restasse história e memórias sobre o indivíduo e o seu corpo.

Nessa década, há a existência da primeira mulher travesti do Brasil, denominada Xica Manicongo, escravizada do país do Congo por Antônio Pires, residindo na cidade de Salvador, trabalhando como sapateira (Mott, 1999). Era conhecida por ser namoradeira na região e por ali de certa forma se comportar e vestir como uma mulher, como se identificava no seu país de origem, em que fugia das regrassociais do período colonial. De acordo com Jaqueline de Jesus (2019), ela se vestia:

Coberta com um pano que prendia com o nó para frente, à moda dos quimbanda de sua Terra Natal, e apesar de sua condição desumanizada, imposta pelos homens brancos, os candangos, ela andava sobranceira por toda Cidade Baixa, às vezes subindo para a Cidade Alta e voltando, a serviço do seu senhor, ou só passeando, inclusive para encontrar os seus homens (Jesus,

2019, p. 252).

Xica foi denunciada e condenada a pena de morte pelo pecado capital, referente ao crime de sodomia, que hoje denominamos e compreendemos como homossexualidade e transexualidade (Jesus, 2019). Assim reprimida pelas conjunturas sociais e na tentativa de escapar da pena de morte, Xica anulou sua identidade, para se adequar as normais e aos padrões nas vestimentas masculinas.

A sua história de luta e resistência naquele período hegemônico e punitivo motivou a árdua pesquisa de Luis Mott (1999) em Lisboa, no dicionário biográfico dos homossexuais da Bahia século XVI–XIX, onde trazia à tona as fontes inquisitoriais do Santo Ofício no Brasil. Mott (1999) descobriu a existência dessa influência que deveria estar sendo conhecida nos dias atuais, mas que infelizmente foi anulada de forma errônea em diversos documentos, que referiam-se a essa figura como um homossexual, com base em seu nome biológico “Francisco Manicongo” (Mott, 1999). Essa abordagem apaga e diminui toda a sua luta histórica, reconhecimento e representatividade para a população de travestis e transexuais, resultando na ocultação dessa grande personalidade nesses discursos, especialmente os influenciados pela cisheteronormatividade. É, portanto, uma forma de apagar toda a história e memórias e descaracterizar a nossa identidade.

É possível perceber nesses parâmetros como a TLGBQIA+fobia foi se enraizando na sociedade, consistindo nas violações de histórias e direitos, silenciamentos e inibindo as oportunidades dentro dos meios sociais, acarretando dificuldades de acesso e de se expressar conforme a forma que a pessoa se identifica e se orienta.

Atentamos, dessa forma, na lei colonial da inquisição, que até os dias atuais somos queimados em praça pública e apedrejados por diversos índices e fatores, relacionados às discriminações e preconceitos exacerbados na sociedade. Seja pelo racismo estrutural, nível socioeconômico, jeito de se vestir, posicionar, fala, modo ao qual nos identificamos, de ser uma travesti negra, pobre e periférica em um lugar de ressignificação, que a partir do discurso da cisgeneridade, das falácias e iniquidades presentes na sociedade, silencia demandas e tenta desestruturar os nossos corpos e direitos e inibir a nossa história.

Dessa forma, é perceptível que a travestilidade/transexualidade se permanece

em vários contextos da história mesmo ocultada, e a cisheteronormatividade se faz presente em vários meios sociais, como espaços escolares e familiares, a partir de lógicas culturais desde a mais tenra idade das pessoas, que ocasiona a reprodução de um modelo “aos quais fomos expostos durante nossa formação pessoal [...] para sermos padronizados, seguirmos uma heteronormatividade a qual nos foi imposta” (Sutil, 2011, p. 4). Essa norma cis/hétero acarreta a TLGBQIA+fobia consistentes na sociedade, onde é preciso desconstruir e desnaturalizar estes paradigmas, para que possamos ter uma sociedade instaurada nos princípios da equidade e na dignidade da pessoa humana.

Assim, a escola deve centralizar debates acerca das identidades e dos modos de ser presentes na sociedade, possibilitando parâmetros necessários para conter essas intolerâncias e propagar o respeito às diferenças de ser e estar. Além de recursos para a promoção da conscientização dos pais, docentes e gestores escolares referente aos assuntos sobre gênero e sexualidade.

Para que, assim, cresçam indivíduos coerentes com a diversidade, com a convivência harmoniosa e com as diferenças, tornando significativo o respeito fundamental na sociedade e no mundo, como norteado em torno das diretrizes pedagógicas na Base Nacional Comum Curricular, que viabiliza:

Promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve - se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (Brasil, 2018, p. 14).

Assim, possibilitando aos sujeitos TLGBQIA+, bem como aqui apresentados as identidades travestis e transexuais, serem visivelmente respeitadas e não articuladas a transfobia nesses espaços mercadológico e educacional, entre diversas instâncias sociais. Isso inclui as instâncias governamentais, articuladas ao legislativo, na efetivação das vastas medidas para reduzir e enfrentar as iniquidades contra esta minoria.

Por conseguinte, pensando na minha biografia, no ano de 2017, apesar dos sofrimentos e da depressão, desencadeada sobretudo pela transfobia, continuei sendo

resistência na gratidão da pessoa em que estava me tornando, presente na sociedade e lutando democraticamente. Nesse ano, nos estudos da graduação em música, contava com o auxílio dos pais/tios e um vale transporte da prefeitura da cidade. Não continha bolsa alimentação, saía da cidade de Mariana às sete da manhã com retorno às cinco da tarde.

Figura 6 - Recital de Música



Fonte: Arquivos pessoais (DEMUS, UFOP), 2018.

Levava uma marmitta feita por mim e por minha mãe/tia, onde no intervalo com a amizade feita com as zeladoras do departamento de Arte Cênicas, almoçava junto a elas na cozinha do local e nas tardes do intervalo, tomava um café com a contribuição dos biscoitos que levava. No terceiro período da graduação, pedi a reopção para o curso de Pedagogia, onde sempre sonhei em estar.

Nesse momento, inibida do mercado de trabalho, devido ao processo de

transição, rodeado de dificuldades, vítima das transfobias, para mobilizar, comecei a trabalhar em instituições sociais do município, onde exercia aulas voluntárias de literatura, artes e música em três projetos sociais da cidade, para crianças e jovens da comunidade, lugares onde se deu início a minha carreira profissional pedagógica. Entre esses projetos, estava o Projeto Alferes, no bairro Santo Antônio, popularmente conhecido na cidade como bairro prainha, o Centro de Integração Familiar (CIF) era desenvolvido no bairro Cabanas e a Casa Lar Estrela,

[...] Uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1997. Tem como objetivos contribuir para a redução de desigualdades bem como para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes; ser um lugar onde todos podem brilhar e se consolidar como um espaço de referência para infância e juventude através da oferta de atividades que os estimulem a reconhecerem-se da condição de atores sociais e sujeitos de direitos, na sede e nos distritos e comunidades de Mariana. No desenvolvimento de suas atividades preza pelo trabalho em rede e pela realização de ações em parcerias tendo, sempre que possível, o protagonismo das crianças, adolescentes e jovens nas tomadas de decisões, elaborando as ações a partir da escuta, do respeito à diversidade e da promoção ao acesso (Lar Estrela, [s.d.]).

O fato de ser uma travesti negra não influenciou na escolha de me tornar Pedagoga e ingressar no curso de Pedagogia. No entanto, esta profissão me proporciona um olhar sensibilizador e a oportunidade de ressignificar esses espaços, que por muito tempo manteve as portas fechadas para nós, travestis e transexuais. Meu objetivo é contribuir para a desnaturalização de paradigmas e preconceitos, o que requer um maior domínio sobre gênero e sexualidade.

Escolhi a educação, pois ela, bem como a escola, é um lugar de transformação, em que hoje carrega um significado importante para o meu eu, de contribuir para que os sujeitos TLGBQIA + possam se sentir representadas e pertencentes a todos estes espaços, para também possibilitar uma sociedade equitativa com respeito aos modos de ser e estar neste cotidiano presente.

No ano de 2019, graduando em Pedagogia, fui atingida por transtornos de ansiedade e depressão, o que me impossibilitou de frequentar a universidade. Como resultado, perdi as minhas bolsas de permanência e alimentação devido à reprovação em todas as matérias do semestre. Por estar em um estado avançado depressivo, não consegui naquele momento um laudo para o trancamento do período. Fiquei meses

afastadas para me tratar, onde tentei meu autoextermínio em decorrência das transfobias que sofria.

Vários meses depois, recordo-me que estive na pró-reitoria de graduação, onde elaborei uma carta a próprio punho para que eu pudesse retornar à universidade e não perdesse a minha matrícula. Explicando todo o acontecimento e a importância de possibilitar voltar a estudar, sendo uma travesti negra a ocupar este espaço de direito a partir das dificuldades enfrentadas, o documento foi julgado em uma reunião com a reitora da universidade junto ao colegiado do curso de Pedagogia meses depois. Concederam-me mais oito períodos para que hoje estivesse aqui dissertando, prestes a realizar um sonho.

Nesse ano de 2019, em meio às dificuldades, foi o momento em que conheci o Coletivo Mães da (R)existência, pelo meu amigo Matheus Januário, vice-presidente, que me convidou para ingressar no movimento. Em uma reunião em uma casa cedida pela prefeitura, fui apresentada, junto a Teresa de Jesus, co-fundadora e diretora, ao coletivo. As reuniões eram e ainda são na mesa de sua cozinha, cheia de amor e afetos. Naquele momento, me senti muito acolhida e com perseverança de continuar lutando pelos nossos direitos, já que carregava uma vivência cheia de dores e resistência. Assim, fui convidada para ser a secretária do coletivo, e hoje esta é a minha atual função.

Dessa forma, ingressa no movimento, arqueada com a luta pelos direitos de TLGBQIA+, focando sobretudo nas travestis e transexuais do próprio município, dando seguimento aos trabalhos socioeducativos do Mães da (R)existência, propicie a palestra no Hospital Monsenhor Horta, intitulada Preconceito de Marca no mundo LGBTQI+, no dia 21 de novembro de 2019. Esta atividade foi assim anunciada: “tem como objetivo retratar o preconceito racial brasileiro, citando também o preconceito em outros países. Neste ponto, trazendo uma ligação do preconceito racial de marca com a transexualidade. Contudo as leis do racismo, e as lutas pelos direitos” (Mães da (R) existência, 2019).

Figura 7 - Palestra Preconceito de Marca LGBTI+



Fonte: Arquivos pessoais, 2019.

Recordando a minha trajetória e vivências, bem como de todos esses momentos de dificuldades e alegrias, posso dizer que me fizeram tornar a Liana Paula que hoje este trabalho apresenta, pronta para mais uma etapa da minha história de vida, interligada com as lutas pelos direitos de TLGBQIA+, nos meios sociais e educacional.

Figura 8 - Liana Paula



Fonte: Arquivos pessoais, 2023

3.1 ORGANIZAÇÃO DA 1ª SEMANA DA DIVERSIDADE: “RESPEITO AOS MODOS DE SER”

Nos últimos anos, comecei a exercer um trabalho na Secretaria Municipal de Educação (SME), da cidade de Mariana, como estagiária no setor pedagógico, no auxílio às coordenadoras principalmente dos anos iniciais, finais e inclusão. Neste ano de 2023, fui convidada pelo coordenador pedagógico da educação inclusiva para organizar o evento no mês de maio, cujo foco era abordar um trabalho nas escolas sobre a diversidade de gênero e sexualidade, no que diz respeito aos sujeitos TLGBQIA+, já que em 17 de maio é comemorado o Dia Mundial contra a TLGBQIA+ fobia, visto que, nesse dia, a homossexualidade deixou de ser patologizada no catálogo de doenças.

Logo aceitei participar da organização. As ideias principais que o coordenador me trouxe foram se moldando e ficando ainda mais harmoniosas. “Neste momento

expliquei para ele sobre o coletivo Mães da (R)existência, junto ao subsecretário, em que logo criou-se uma parceria com o movimento principalmente na semana da diversidade” (Caderno de Memórias, 2023, p. 6).

A Semana foi intitulada como “Diversidade: respeito aos modos de ser”, e ocorreu do dia 11 ao dia 17 de maio de 2023. A semana da diversidade contou com atividades focais nos contextos escolares, exposição das atividades pelos alunos, filme, documentário, palestras e roda de conversa para professores, gestores, funcionários, bem como para a população da cidade. Em relação às palestras, percebemos o quanto o conservadorismo ainda se faz presente na sociedade por formas veladas, pois a mesma foi impossibilitada depois de todas as confirmações nas escolas. Assim, foram impedidas devido a fatores de preconceitos pela própria diretora da escola.

Nessa primeira semana da diversidade, tivemos as homenagens de reconhecimento a algumas pessoas TLGBQIA+ do município, simbolizando todos estes sujeitos que residem em Mariana, pela luta, inspiração e representatividade, bem como pelo fortalecimento na sociedade e a força em não desistir de ser quem são, resistindo todos os dias e contribuindo significativamente para este processo de lutas e direitos.

Em face as homenagens, se introduziu com as representatividades da cidade, que viveram épocas atrás e que abriram portas a partir das suas lutas, para que tivéssemos políticas públicas e direitos institucionalizados nos dias de hoje na sociedade. A semana da diversidade também possibilitou a apresentação do documentário intitulado *Trajetórias: Vivências e experiências de LGBTQIA + no município de Mariana*, com pessoas TLGBQIA+ da própria cidade, para que criasse essa sensibilização de conhecerem esses participantes que fazem parte da sociedade onde os telespectadores estão inseridos.

A caminhada arco-íris, socioeducativa de conscientização e sensibilização da população do município, contou com ativistas, simpatizantes das causas, movimento negro da cidade, sujeitos TLGBQIA+ e mães que lutam pela causa, que declararam no percorrer das ruas: “eu sou mãe e vou apoiar quando eu puder” (Caderno de Memórias, 2023, p. 9). Em conjunto a órgãos da própria prefeitura da cidade e com a Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania e a Secretaria de Saúde, por meio de uma tenda, realizaram instruções para esses públicos, como medição de pressão e o cadastro para

a mudança do nome social no cartão do SUS do município.

Essa semana foi respaldada no calendário escolar, conforme a Lei Estadual nº 16.636, de 03 de janeiro de 2007, que: “Institui o Dia Contra a Homofobia (Belo Horizonte (BH)”. Assim como, a Lei Municipal nº 90, de 13 de fevereiro de 2020, que: “Institui a Semana Municipal da Luta LGBTQIA+” no município de Mariana (Mariana, 2020), conquistada no ano de 2019 pelo movimento não governamental Mães da (R)existência, em que participo desde a sua fundação, exercendo hoje a função de secretária.

Todas essas ações foram organizadas e elaboradas em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação (SME) e os componentes da diretoria do coletivo, onde ficamos durante uma tarde inteira trocando alegremente interações e ideias para toda a estruturação das propostas. Esse momento de socialização e gratidão, foi compartilhado com a cofundadora e diretora, Teresa de Jesus, e o vice-presidente, Matheus Januário, onde foi realizada a divisão das tarefas.

Nessa organização, tive a oportunidade de dirigir o documentário produzido pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Governo, intitulado como Trajetórias: Vivências e experiências de LGBTQIA+, no município de Mariana, a fim de mostrar a trajetória desses sujeitos que faz parte da cidade marianense, mostrando suas vivências, experiências e dificuldades até nos meios profissionais. Dessa forma, mostramos que essas pessoas estão em diferentes espaços e contribuem significativamente para a sociedade e a cidade, sendo evidenciado a importância da família nesse processo de aceitação e apoio junto às lutas do filho, assim como o poder público, no ressalvo aos estatutos dos direitos humanos que protege, reconhece esses sujeitos, dando voz junto aos movimentos sociais a liberdade.

Figura 9 - Introdução Documentário Trajetórias



Fonte: Canal, Liana Paula, 2023

Neste documentário, produzi a estrutura, seleção dos participantes, perguntas semiestruturadas, bem como tive a ideia da introdução, que partiu do lugar de fala de cada participante, que, assim, elaboraram sua própria frase, “da importância de se amar, se aceitar e do orgulho de estar hoje onde se encontra” (Caderno de Memórias, 2023, p. 7), além da fala de uma mãe sobre o amor fraterno e materno. A partir da estruturação dessas frases, foi se produzindo o poema que serviu de abertura e chamada para o determinado documentário.

Figura 10 - Minha participação na abertura do documentário



Fonte: Canal, Liana Paula, 2023

No momento das gravações, me senti tocada pelas frases e histórias de cada participante que estive frente a frente nesses 15 dias, com o auxílio de uma jornalista da própria Prefeitura, com quem acabamos nos aproximando mais, e a cinegrafista, que por acaso do destino, descobri que é a minha prima.

Figura 11 - Gravação do documentário



Fonte: Arquivos pessoais, 2023

No percurso dessas gravações, por trás das lentes das câmeras, com as diferentes histórias e vivências, aprendi e me emocionei com os relatos. Um deles foi o da Rayssa, uma mãe que tem um filho, uma criança trans. Ela veio morar na cidade devido à falta de acolhimento do filho na escola em que ele estudava anteriormente, enfrentando constrangimentos pela gestão da instituição. Durante a gravação na biblioteca da escola, eu, a jornalista e a cinegrafista nos emocionamos bastante pela história e a trajetória dessa mãe. Ela sempre ressalta que o orgulho dela é o seu filho, pela coragem e a força que ele demonstra mesmo com a pouca idade, o que lhe transmite muita luz.

O ambiente escolar para as gravações escolhido por ela foi a escola da rede municipal de Mariana, chamada Monsenhor José Cota, que acolheu o seu filho, como ela nos relata:

A diretora disse: ele é uma criança, qual o nome dele? É Lucas. Então ele será chamado de Lucas. Qual banheiro ele usa? Masculino. Então ele irá usar o banheiro masculino. Aqui na escola iremos tratar todos iguais pois eles (a) são crianças, não tem diferença. É uma criança, e ele está aqui para aprender, para brincar, estudar... Foi em que saí da escola chorando de felicidade, pois o meu filho estava sendo tratado como uma criança e não como uma criança trans (Trajetórias: Vivências e experiências de LGBTQIA+ no município de Mariana, 2023).

Foram dias de percepções e ligação, pois a maioria das histórias vivenciadas por TLGBQIA+ são interligadas em uma rede de acontecimentos, visto que muitos passam pelas mesmas situações, como a falta de acolhimento dentro do contexto escolar. O que ocasiona na maioria das vezes a evasão, índices de baixos desempenhos, faltas, além de transtornos psicológicos como a depressão.

Dentro da Semana da Diversidade no dia 17 de maio (data que marca o dia da luta contra a LGBTfobia), em uma quarta-feira às 18h horas, aconteceu o encerramento do evento, com a roda de conversa com mestrandos em Educação na área de gênero e a diretora do coletivo, com a sua marca, o cabide que sempre ressalta: “pais saiam do armário e acolham os seus filhos” (Caderno de Memórias, 2023, p. 10). O lançamento do documentário e as homenagens terminaram ali, mas uma parte da sementinha foi plantada, semeando esta importante ação e temática para um mundo e um futuro cada vez melhor.

Figura 12 - Fala de abertura: Semana da Diversidade - Liana



Fonte: Isabela Jorge, 2023

O determinado documentário serviu de conscientização da sociedade, assim como toda esta semana com as atividades referentes à diversidade no que diz respeito aos sujeitos identitários e não identitários. Além da importância da família neste processo de apoio e aceitação, evidenciando a importância dos debates sobre gênero e sexualidade nos contextos educacionais e sociais, para que os nossos alunos cresçam internalizados no respeito aos espaços, e aos modos de ser na sociedade e não propaguem os discursos cisheteronormativos, não reproduzindo a sua exclusão independente da sua orientação sexual ou identidade de gênero. De tal forma, para que as pessoas TLGBQIA + se sintam pertencentes a estes espaços.

Consistindo de um material a longo prazo para as instituições escolares, como recurso de formação, conhecimento e conscientização, já que se continha poucos recursos de apoio para abordagem dos professores nesta temática. Sendo assim, essa foi a primeira ação dentro da cidade, referente a esse fundamental assunto, depois da promulgação da Lei nº 90 de 2020, intitulada "Semana Municipal da Luta pela LGBTQIA +" (Mariana, 2020).

Neste processo, trabalhando na organização da Semana da Diversidade e na

direção do documentário, tive experiências por parte dos estudos que estava realizando para a estruturação dos meus trabalhos e do caderno de memória em que aqui faz parte. Sendo uma estagiária, me possibilitaram ter esta grande oportunidade neste início de carreira, de estar à frente de um projeto municipal com o coletivo Mães da (R) existência, e de ver nascer um filho depois de sua estrutura em uma folha de papel A4.

Ficando, portanto, a gratidão de ter deixado a marca de conscientização e de respeito em que carrego hoje na cidade. Dessa forma, foi importante ter plantado a sementinha dentro do município, para uma sociedade equitativa, e contribuir na desnaturalização das desigualdades e na construção de uma cultura sem violência e ódio contra esses sujeitos.

3.2 MOMENTO DE CELEBRAÇÃO: PERANTE AS LUTAS E DORES, O AMADURECIMENTO NA SIGNIFICATIVA COLAÇÃO DE GRAU

Este subcapítulo apresenta o momento significativo e importante na minha história de vida e trajetória até aqui, as cerimônias e a colação de grau simbólica que marcam toda a minha história. Foi um momento cercado de pessoas especiais, ao lado da família, noivo, amigos, professores, que foram precursores para que eu acreditasse e chegasse no findar dessa nova etapa neste caminho da vida.

Assim, do dia 24 ao dia 25 de março de 2023, aconteceu toda a celebração simbólica, preparada desde o ano de 2022, através da comissão de formatura. Nesses preparativos, idealizando cada detalhe, das maquiagens ao penteado, para que naquelas datas me sentisse como ainda não tinha me sentido. Esse momento de celebração de um sonho se tornou realidade, ele foi almejado desde o meu processo de desenvolvimento. Recordo-me de “encontrar na caçamba de lixo em frente a minha casa, um convite revista de formatura de graduação” (Caderno de Memórias, 2023). Assim, aquelas folhas coloridas que na infância era algo incrível, rodeadas de mensagens e fotos, começaram a me inspirar, me fizeram sonhar se um dia mesmo sendo negra e pobre, eu poderia ter a oportunidade e a possibilidade de me formar e estar de forma efetiva em um livro como aquele que registra este novo ciclo que realizo.

Em todo esse momento preparado em mínimos detalhes, sentia o desejo e o

sentimento de me tornar a princesa que desenhava nas folhas de papel A4, nos meus cadernos de desenhos, de ser uma debutante realizando no baile de formatura, a festa de 15 anos. É gratificante quando recordo todos esses momentos que me engrandecem e me descem as lágrimas por causa da minha história até aqui, pois no dissertar desta pesquisa foi debatido o quanto os TLGBQIA + são vítimas do discurso hegemônico que inibe nossos corpos e espaços.

Figura 13 - Debutante: Baile Formatura



Fonte: Acervo próprio, 2023.

Dentro desses índices, os principais alvos da transfobia são pessoas como eu, travestis, transexuais, silenciadas, julgadas e excluídas das conjunturas sociais, justamente por sua identidade de gênero. Estima-se que “90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar” (ANTRA, 2017, p. 18).

Diante desses contextos e das inferioridades sofridas, preconceitos e discriminações nesta minha construção por ser negra e travesti/transexual, percebo que podemos realizar e conquistar nossos anseios e acreditar na nossa capacidade e

existência. Nesse sentido, adentro a chegada das celebrações, foram intensas e de lágrimas em cada dia vivenciado, percebi que burlei esses preceitos instaurados na sociedade, quebrando paradigmas e ali reconheci de fato que carrego a representatividade de ajudar a construir um espaço para que outras mulheres travestis e transexuais acreditem e tenham acesso aos âmbitos formais, ensino básico de qualidade, respeito às suas subjetividades e a sua identidade.

Perceber o quanto sou querida pelas tantas homenagens recebidas no findar das celebrações e no meio desses dias, como um buquê de rosas que ganhei da minha equipe de trabalho. Confesso que fiquei surpresa por saber que sou admirada por elas. Uma equipe exemplar, a palavra que define é gratidão à família do pedagógico como viabilizamos, onde a cada dia ao lado delas aprendo e adquiro experiências na área educacional prevalente, além da boa química que temos dia após dia na convivência no trabalho.

Nesse caminho de levar o conhecimento, educar, abrir caminhos e atribuir um novo sentido às pessoas TLGBQIA+, promovemos em toda a rede educacional a equidade e o respeito à diversidade, ampliando os horizontes no pensamento e no conhecimento para compreender as múltiplas realidades dentro do seu espaço social. Ao perceber dessa diversidade, formulamos propostas para combater os discursos cisheteronormativos que silenciam os TLGBQIA+ e negros, entre tantos outros grupos.

Dessa forma, escrevo aqui com alegria e felicidade de recordar cada momento das cerimônias, partindo dos registros fotográficos, juntamente de toda a turma que batalhou ao meu lado, cada um com suas subjetividades para a conclusão desse ciclo, que carrega um significado e história para cada graduando. Momento que marca a entrada no saguão para o início da cerimônia da colação de grau, na entrada na fila dos formandos em Pedagogia que ali residia, e por um olhar menos distante via colegas, amigos e minha família. Ali, tive que conter as lágrimas que tanto queriam sair dos meus olhos em êxtase de felicidade, para não borrar a maquiagem que me deixava ainda mais bela, junto a beca vermelha que representa a responsabilidade nesse rito de passagem.

Figura 14 - Colação de Grau Cerimônia



Fonte: Acervo próprio, 2023.

Na entrada no salão, escutava o meu nome sendo chamado com gritos e aplausos. Naquele momento, me sentia reconhecida, demonstrando todo o respeito que carrego desde a minha entrada na UFOP, percorrida em vários espaços. Durante a cerimônia, fui surpreendida com homenagens do meu amigo de turma, Luís Basílio, e a nossa paraninfa, inspiração e admiradora, Luana Tolentino, que é escritora, mestre em Educação, que delineavam a importância de estar naquele espaço como um corpo travesti/transsexual, quebrando os discursos cisheteronormativo e sendo negra.

Diante dessas homenagens, as lágrimas que estavam contidas caíram, pois não esperava todo o reconhecimento e o quanto eu, a Liana que aqui escreve, carrega uma importância de estar naquele/neste espaço, pois:

O percurso até aqui não foi fácil, mas se pudesse voltar atrás escolheria as mesmas alegrias e tristezas. Cada passo que eu dei me fez lutar, me ensinou. Aqui se finda um dos progressos que idealizei desde a infância para a vida, neste caminhar contínuo da área educacional. Momento este especial e significativo.

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora Aparecida que me guiou nesta longa trajetória, em especial aos meus Pais, meus exemplos que sempre esteve ao meu lado, me impulsionando e ajudando a vencer todas as barreiras que encontrei ao longo do caminho. Em especial ao meu namorado e amigo, que comigo sempre esteve presente, me incentivando, viabilizando a força e o amadurecimento ao longo da nossa linda história que muito me agrega.

Ajudando a driblar as diversas dificuldades, e que em vários momentos participou de importantes decisões me direcionando ao longo deste percurso, me fazendo sempre feliz. Vocês são um exemplo para mim. Amo vocês!!!

A minha família que sempre esteve presente, e que presenciou todo esse trajeto. Aos meus amigos que contribuíram diretamente e indiretamente. (Liana, 2023).

Nessa mensagem, incluída nos convites de formatura, ao lado esquerdo da própria autora que aqui escreve, foi relatada a importância e a gratidão por este momento. Além das redes de agradecimento, gostaria de expressar minha gratidão aos professores que, durante toda essa trajetória acadêmica, possibilitaram todos os aprendizados e conhecimentos para a prática educacional, para ser uma boa profissional e educadora. Ao meu amigo, professor e orientador, Marco Torres, que desde o primeiro convite para me orientar esteve ao meu lado conduzindo, com amor e afeto, possibilitando que eu aprendesse a partir das suas articulações nesta presente pesquisa que aqui se finaliza, abrindo espaço a um novo passo dessa minha trajetória.

Figura 15 - Colação de Grau



Fonte: Q7 formaturas, 2023.

Dessa forma, o contexto de todos esses momentos representa um marco significativo em minha vida. Percebo que, como uma pessoa de direitos, tenho capacidades e um rico acervo de conhecimentos, o que me capacita a desafiar estereótipos. Além disso, estar ao lado de pessoas especiais que contribuíram para este percurso me faz refletir que minha identidade, delineada pela tonalidade que a compõe, não me define como incapaz, contrariando a subalternidade frequentemente imposta.

Em todas essas celebrações, as lágrimas caíram por assistir um filme em mente de ter conseguido chegar até aqui, perante inúmeras barreiras enfrentadas, e de continuar resistindo e não desistindo, também por desacreditar nas inúmeras palavras articuladas que o meu final já estava prescrito, sem oportunidades por ser travesti/transsexual, denominada ao chegar em um espaço como “uma aberração” (Caderno de Memórias, 2023) e sendo expulsa e enquadrada no discurso hegemônico cisheteronormativo que delineamos neste trabalho.

Diante desses fatores, nessas iniquidades que me colocavam no espaço que esperam que estejamos, que é de sofrimento e martírio, continuei me esforçando, batalhando, perseverando pelo meu espaço de direito diante da força neste ato político

de existir, ocupando espaços. Mesmo diante das violências no espaço da vulnerabilidade, sempre tracei um objetivo de onde eu gostaria de estar e chegar. Nessa perspectiva, pensava em um fator para contribuir de forma positiva e agregadora para o meu eu continuar resistindo e mudar a minha realidade.

Dessa forma, ressignificando as conjunturas sociais, é possível reconhecer a grande importância da minha formação para os contextos educacionais, especificamente para a escola. Contribuí também para a minha vida profissional como Pedagoga.

Ao longo desta jornada, nas celebrações, senti gratidão pela coragem, pela persistência e pela fé que me mantêm de pé, assim como pelo empoderamento que me permite olhar no espelho e continuar nessa batalha por mais difícil que seja. Apesar das dores que moldaram nossos corpos, elas também me amadureceram e proporcionaram a força que carrego hoje.

Assim, concluo este ciclo abrindo portas para que muitas outras Lianas consigam acreditar na sua capacidade e chegar a todos os espaços, pois não estamos limitadas a ser o que somente esperam nessa matriz colonial que nos foram colocadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percorrer deste trabalho, percebemos como os discursos hegemônicos enraizados na sociedade propagam uma matriz que exclui, segrega e marginaliza os sujeitos identitários e não identitários, matriz esta que denominamos cisheteronormativa. Mesmo diante dessas inibições, barreiras, violências, transfóbicas perpassadas, escolhi ressignificar os espaços ocultos e silenciados para os sujeitos identitários, como é possível observar ao longo da minha autobiografia.

A presente pesquisa indica que o método autobiográfico não inclui somente questões relacionadas à história individual, mas também da história social, visto que os artigos produzidos dentro desse molde podem vir a ser usados como objeto de estudos em diversas áreas. Portanto, a subjetividade torna-se presente, pois a análise é realizada de acordo com a disponibilidade de matéria disponível e inclui “realidade do ponto de vista de um indivíduo historicamente determinado” (Bueno, 2002, p. 17). Diante dos fatos apresentados, é possível concluir que o método autobiográfico é de extrema importância para a ciência, em especial, porque a minha autobiografia pode vir a influenciar na pesquisa de outros, trazendo inovações para determinada área, além de permitir que a vida e o trabalho dos educadores se mantenham vivos através da escrita (Bueno, 2002).

Nesse sentido, diante desse relato, busco conquistar territórios, promulgar este meu “lugar social” (Ribeiro, 2007) e disseminar um novo sentido aos corpos travestis e transexuais, aos estereótipos atrelados a nossa identidade de sermos somente relacionados à inferioridade. Deste modo, nos espaços educacionais, busco levar o conhecimento, a construção, o ensino e a educação para uma cultura de paz, nos princípios democráticos, bem como a pluralidade da dimensão do mundo e do ser humano, propiciando a formação na sua plenitude de uma conduta moral e ética (Libâneo, 2007).

Assim, ao adentrar o espaço educacional e todo o contexto que o envolve, é crucial a empatia em relação aos outros, um lugar de privilégio, como ressaltado por Ribeiro (2017), muitas vezes associado à heteronormatividade. Isso inclui professores e gestores sensibilizando-se sobre a importância do debate de gênero e sexualidade,

que é fundamental para promover o respeito.

Portanto, é essencial para os docentes, ao interagir com os alunos, conhecê-los e entendê-los a partir das suas subjetividades, diversidades e das maneiras de ser e existir. A partir desse entendimento, podem transmitir conhecimento e promover o respeito e a igualdade, desenvolvendo um olhar empático e contribuindo para a desnaturalização de preceitos e preconceitos a partir do seu lugar social. Ou seja, reconhecendo seus privilégios, como a cisgeneridade, é importante pensar em formas de combater as iniquidades contra esses grupos e as desigualdades (Ribeiro, 2007).

No findar deste processo de me tornar Pedagoga, reconheço a representatividade que carrego e expesso minha a gratidão diante das adversidades, que concederam a força para chegar até aqui, com fé, perseverança e foco. É um momento de celebração, uma alegria em concluir mais uma etapa da minha trajetória, que me possibilita sonhar, abrindo caminhos e contribuindo para a educação nos meios acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. American Psychiatric Association. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli [et al.]. – 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. [S. l.]: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: junho. 2023.
- BARBOSA, Bruno. Doidas e putas: uso das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad -Revista Latinoamericana**. Dossier n. 2, n. 14, p. 352-379, agosto de 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/hykHkccvn45vRkCFVgDZFqR/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 21 de junho de 2023.
- BELO HORIZONTE. Lei nº 16.636 de 03 de janeiro de 2007. **Institui o Dia Contra a Homofobia**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-16636-2007-minas-gerais-institui-o-dia-contra-a-homofobia>. Acesso em: 28 maio 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. Provimento nº 73 de 28 de junho de 2018. **Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN)**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf> >. Acesso em 21 de junho de 2023.
- BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa** [online]. 2002, v. 28, n, pp. 11-30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100002>>. Epub 17 Set 2002. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100002> >. Acesso em: 5 abr. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos históricos: indivíduo, biografia, história**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p.83-97, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2071/1210>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

CAMPOS, Mauricio; COELHO, Maria. A Aids e o Discurso Homofóbico da Indústria Cinematográfica Hollywoodiana. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. **Anais...** 2010. Disponível em: <https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares?impressa>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de letrinhas?”**: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FLEURY, Heloisa; ABDO, Carmita. Atualidades em disforia de gênero, saúde mental e psicoterapia. **Medicina Sexual**, São Paulo, p. 147-151, 29 out. 2018. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/04/987487/rdt_v23n4_147-151.pdf . Acesso em: 21 jun. 2023.

JESUS, Jaqueline. Xica Manicongo: A Transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 250-260, jan./fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817> . Acesso em: 29 jun. 2023.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARIANA. Lei nº 90 de 13 de fevereiro de 2020. **Institui a Semana da Luta LGBTQIA + no Município de Mariana**. Mariana: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br/legislacoes/12080/>. Acesso em: 27 maio 2023.

MOTT, Luiz. **Homossexuais da Bahia: Dicionário Biográfico (Séculos XVI-XIX)**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MOVIMENTO GLBT decide mudar para LGBT. **G1**, 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL593295-5598,00-MOVIMENTO+GLBT+DECIDE+MUDAR+PARA+LGBT.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

NAPOLITANO, Minisa. A sodomia feminina na primeira visitação do santo ofício no Brasil. **Revista história hoje**, São Paulo, n. 3, 2004. Disponível em: http://www.rj.anpuh.org/resources/download/1211372619_ARQUIVO_Asodomia.pdf

Acesso em: 29 jun. 2023.

NASCIMENTO, Geysa, SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A Revelação da Homossexualidade na Família: **Revisão Integrativa da Literatura Científica. Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1527-1541, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2018.3-14Pt>. Acesso em: 22 jun. 2023.

NETTO, Letícia. Lugar de fala. **Info Escola**, [s. d.]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/lugar-de-fala/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2023.

NOVAIS, Kaito Campos de. Lutar, amar e sofrer entre as Mães pela Diversidade. Sexualidade, **Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro) [online]. 2020, n, pp. 291-316. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.13.a> >. Acesso em: 7 junho de 2023.

PAULA, Liana; JORGE Isabela; SILVA Dayana. TRAJETÓRIAS: Vivências e experiências de LGBTQIA + no município de Mariana. **Youtube**, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cgdNZFD0TPs&t=1322s>. Acesso em: 24 maio 2023.

PEDROSA, Francisco *et al.* **Guia de prevenção da DST/Aids e cidadania para homossexuais**. 1995. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manHSH202.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PIMENTA, Tatiana. Identidade de gênero: tudo o que você precisa saber. **Vittute Blog**, 2020. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/identidade-de-genero/> . Acesso em: 24 maio 2023.

PODESTA, Lucas. Ensaio sobre o conceito de Transfobia. **Periódicus**, Salvador, v. 11, n. 1, p, 363-380, maio/out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/download/27873/19974/123426> . Acesso em: 22 jun. 2023.

PÕE na roda. Erika Hilton: Põe Na Roda Cast #10. **Youtube**, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c1sHOjEG2Ig>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Ambulare**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2018.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Yogyakarta, Indonésia, 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

RELATÓRIO Grupo Gay da Bahia. **Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI+**, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?: feminismos plurais. Belo Horizonte: **Letramento: Justificando**, 2017a. Acesso em 6 junh. 2023.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. **Curta [Youtube]**, 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S7VQ03G2Lpw>. Acesso em: 5 jul. 2023.

ROSA, Eli. Cisheteronormatividade como instituição total. **Pet de Filosofia, UFPR**, ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SANTOS, Yuri Andrei Batista; TORGA, Vânia Lúcia Menezes. Autobiografia e (re)significação. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 119-144, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457342467>. Acesso em: 3 abr. 2023.

SUTIL, Fernando. Guarujá: perspectivas para o público LGBT. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico**, n. 4, jan. 2011. Disponível em: http://faculadadedondomenico.edu.br/revista_don/artigo4_ed4.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: UFOP, 2010.

TORRES, Marco Antônio, SARAIVA Izabella, Marina Martinho e GONZAGA, Rubens Modesto. Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2020, v. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250049>>. Acesso em: 10 junh. 2023.